

ATA N.º 4/2023

SESSÃO ORDINÁRIA DE

28/06/2023

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

-----Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício “átrium Mira”, sob a presidência do Ex.mo Sr. Nelson Teixeira Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador e pela Sr.ª Regina Serrano. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento** -----

----- **PONTO DOIS: Apreciação, nos termos do nº 2 e nº 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na atual redação, conjugado com as alíneas l) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, dos documentos de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício de 2022, do Município de Mira** -----

----- **PONTO TRÊS: Apreciação e votação, nos termos das alíneas m) e o) do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da 6ª Revisão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Mira e 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023** -----

----- **PONTO QUATRO: Ratificação, nos termos do disposto no nº. 3, do artº. 164º. do Código do Procedimento Administrativo, em articulação com a alínea t) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, da assinatura do protocolo de Geminação entre os Municípios de Mira e Differdange.** -----

----- **PONTO CINCO: “Assunção de compromissos plurianuais” - Tomada de conhecimento.** -----

-----**PONTO SEIS: Representantes da Assembleia Municipal na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** -----

---- Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e os senhores vereadores: Artur Fresco, Madalena Santos, Tiago Cruz e Bruno Alcaide. -----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez, Zélia Domingues Morais, José Luis Pimentel Lavrador, Carolina Neves Reigota, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Regina Maria Duarte Serrano, Maria José Jesus Silva, Gabriel Miranda de Pinho, Carlos Jorge Santos Nora, Guida Filomena de Jesus Reigota, Mauro Emanuel Miranda Seiça em substituição de Eurico Petronilho Martins, Manuel Ferreira Inocêncio, Cristina Maria Domingues dos Santos em substituição de Telma Milene Magueta Salvador, Andreia Sofia Simãozinho Petornilho, Vasco Daniel Negrão de Jesus Mingatos em substituição de Pedro Jorge Morais Laranjeiro, António Manuel Teixeira da Silva, Pedro Nunes em substituição de Sara Patrícia Ferreira Braguez, Maria Adélia de Oliveira Maranhão em substituição de João Pedro Ventura Lopes de Almeida, António José Domingues Gonçalves, Augusto José Domingues Louro Miranda, Maria Clara Simões Clemente e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Carlos Alberto Pessoa Mendes da Costa, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Rui Pedro Pinho Rocha, dos Carapelhos, Carla Cristina Conceição dos Santos. -----

-----FALTAS -----

-----Verificou-se a falta de: Eurico Petronilho Martins, Telma Milene Magueta Salvador, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Sara Patrícia Ferreira Braguez e João Pedro Ventura Lopes de Almeida. -----

----- HORA DE ABERTURA -----

----- Os trabalhos tiveram início às dezasseis horas e cinquenta minutos, após a verificação de quórum. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu inicio aquela Assembleia Municipal cumprimentando todos. -----

-----Questionou se se podia nomear os representantes daquela Assembleia na CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e todos concordaram.

-----Comunicou que o deputado Fernanda Capelôa tinha pedido suspensão de mandato durante 12 meses, logo, a deputada que empossou foi a Maria Clara Simões Clemente. -----

-----Chamou-a para que pudesse tomar posse e questionou a Assembleia se queria dizer alguma coisa. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) lembrando que tinha ido à votação, na última Assembleia, tomadas de posse como aquela, e que na altura o PS demonstrou a sua posição quanto àquele tipo de votação, mas foi-lhes esclarecido que tinha de ser votado. Naquele momento estava a ser tomada posse por parte de uma deputada e não tinha havido votação. Queria saber se afinal se votavam aqueles pontos ou não. -----

-----Esclareceu o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que só foi feita a tomada de posse antes da ordem do dia, para que a deputada pudesse estar já em funções aquando a ordem do dia. -----

-----Disse ter consultado o regimento e a lei, e ambos especificam que casos como aqueles tinham de ter uma apreciação por parte da Assembleia Municipal.

-----Informou que as bancadas já tinham indicado dois nomes, nomeadamente, Carolina Neves Reigota e Maria de Lurdes Domingues Mesquita para o ponto 6 mas o mesmo ia ser votado na ordem do dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA** -----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra aos **Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia** -----

-----O **Presidente da Junta de Freguesia do Seixo**, Rui Pedro, começou por cumprimentar todos e começou a sua intervenção agradecendo à Câmara Municipal e Proteção Civil pela a ajuda prestada na segunda edição *Trail Terras*

da *Gândara* organizado pela junta de freguesia do Seixo e Associação Cultural e Recreativa do Seixo e que tinha sido um sucesso. -----

-----Fez referência ao projeto que tinha finalizado naquele mês *Gândara Tour Sensations*, na sua opinião foi um projeto de relevo Nacional devido à casa Gandaresa. -----

-----Disse que após as obras de saneamento, nos rasgos de estrada que foram feitos, estava a haver um abatimento. Disse que já foi reportado à ABMG - Águas do Baixo Mondego e *Gândara*, no entanto, pedia ajuda à CMM que intercedesse para que aquele assunto ficasse resolvido. -----

-----A **Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos**, Carla Santos, cumprimentou todos e parabenizou os vários eventos realizados na sua freguesia, entre outros, o aniversário do rancho folclórico, a concentração motard e a feira dos grelos. -----

-----Questionou qual era o ponto de situação acerca dos médicos de família, se na sua freguesia iam ser substituídas as lâmpadas atuais por led's, conforme já se tinha falado em outras Assembleias Municipais e por fim questionou pela sinalética dos novos percursos pedestres. -----

-----O **Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, Francisco Reigota, iniciou dizendo que estava a ter algumas dificuldades em organizar as suas intervenções, pelo excesso de temas que podiam ser trazidos ali. Na sua opinião, estavam a acontecer situações graves e havia um desleixo notório. Na sua freguesia por exemplo, havia uma falta de planeamento da época balnear. Voltou a questionar para quando: a intervenção no barco da arte xávega, pintura das passadeiras certas, pois tinham sido pintadas duas que eram para ser reposicionadas, a pedido da junta de freguesia. Informou que havia uma avaria das luzes públicas na *rua dos prazos velhos* e *osso da baleia*. Por fim, questionou para que servissem as comissões municipais, deu exemplo da ETAR das Cochadas da qual ele era o representante do PS e que não havia sido chamado

para acompanhar nenhuma visita, da habitação também se tomavam medidas e não eram chamadas as comissões, do orçamento participativo a mesma coisa.

-----O **Presidente da Junta de Freguesia de Mira**, Carlos Costa, que cumprimentou todos e começou por dizer que se reuniu com algumas pessoas do Cabeço de Mira e que as mesmas pretendiam uma reunião com a Estradas de Portugal, para que se tentasse solucionar uma forma de passagem no troço da EN109 que passava lá, bem como o excesso de velocidade que era praticado lá. Falou dos passeios de Carromeu e Areal, pois faltava pouco para os terminar, mas gostava de saber para quando a sua conclusão. -----

-----Alertou para o excesso de “monos” que as pessoas tinham e colocavam em qualquer sitio sem terem a preocupação de lhes dar o fim devido. Apelou para que se fizesse uma campanha para dar mais informação à população, apesar de já se ter apelado muito para que ligassem para o número correto a fim que a recolha dos mesmos fosse feita. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que tencionavam dar continuidade ao projeto *Gândara Tour Sensations*, inclusivamente, já se tinha feito referência na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Coimbra – CCDRC. Quanto às obras de saneamento, ter-se-ia de comunicar à ABMG. -----

-----Quanto à questão dos médicos passava depois a palavra à vereadora Madalena Santos para melhor explicação, embora, aquela preocupação era um pouco por todo o país. -----

-----Interveio a **Vereadora Madalena Santos**, que cumprimentou todos e passou a informar que no início daquele ano haviam “4 ficheiros” sem médico, mas junto do ACES Baixo Mondego e ARS - Administração Regional de Saúde foi-se conseguindo ultrapassar transitoriamente com recém especialistas. Entretanto, no dia 1 de julho saíram novamente, três colegas. Conseguiu-se contratar uma colega em tempo parcial, naquela semana teria vindo outra colega que seria para ficar, em agosto viria mais uma colega, no entanto, o “cenário” não era bom. ---

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** informando que a sinalética dos percursos pedestres estava a ser tratada. -----

-----A intervenção no barco da arte xávega tinha de ser feita, no entanto, os orçamentos que já foram entregues eram excessivamente caros e por isso estavam a tentar soluções mais baratas. -----

-----Quanto às luzes públicas estarem apagadas nas ruas dos *prazos velhos* e *osso da baleia* informou que havia um portal próprio da EDP/E-redes para comunicar aquele tipo de avarias e que qualquer pessoa o poderia fazer. -----

-----Quanto às comissões que eram criadas, deu exemplo da ETAR das Cochadas e da visita que houve lá, onde teria havido e-mail que saiu do seu gabinete, bem como telefonemas para haver um representante do PS, mas que nunca houve resposta. Quanto à passagem na EN109 no Cabeço de Mira, já tinham estado com a IP - Infraestruturas de Portugal e alguns populares no local e a solução era colocar uns semáforos, entretanto, aguardava-se a resposta por parte da IP. Quanto aos passeios, logo que houvesse disponibilidade financeira iam fazê-lo. -----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra ao público. -----

-----Interveio o **Sr. João Milheiro**, que aceitou a sua captação de imagem e intervenção. Cumprimentou todos e começou por parabenizar o Sr. Presidente pelo cargo que ia desempenhar brevemente e esperava que o grau de exigência para com os superiores interesses da região centro fosse um bocadinho melhor do que foi para o concelho de Mira, nomeadamente, para a Praia de Mira. -----

-----Começou por falar que a arte-xávega era candidata a património material da humanidade e lamentavelmente, não era pelo nosso concelho, mas por outro. A praia fluvial e requalificação da marginal na Praia de Mira era outra das medidas que o Sr. Presidente da Câmara tinha abordado, mas não se concretizou até aquele momento. Falou de uma Biblioteca, lembrou que tinha sido entregue um abaixo-assinado com mais de uma centena de assinaturas, mas até ao

momento nada acerca daquele projeto. O Skate parque, projeto que venceu o orçamento participativo há cerca de dois anos, mas que até ao momento nada se sabia acerca do projeto. Para finalizar, falou que se devia dar atenção aos Palheiros na Praia de Mira, pois nos mandatos do Sr. Presidente da Câmara até aquele momento já tinham desaparecido dois. Para finalizar, falou da higiene urbana que estava longe de ser eficiente bem como a sinalização, a requalificação do mercado gostava de saber se houve reporte de alguma deficiência na sua construção, lembrou o Vereador Tiago Cruz sobre uma intervenção que fez sobre um projeto (não identificou). -----

-----Interveio o **Vereador Artur Fresco** que cumprimentou todos, começou por informar que a higiene urbana havia um contrato com uma empresa que fazia aquela gestão (recolha diária, higienização dos contentores), quanto às fotos que o Sr. João Milheiro tinha enviado havia a descarga para a via pública dever-se-ia ao facto do tipo de lixo que se colocam nos contentores e outra seria o próprio camião que já vinha a deitar algum líquido para o chão devido ao lixo recolhido até aquele ponto de recolha. Quanto à sinalização, como não tinha sido especificada, mas se fosse sinalização rodoviária, a aquisição e colocação seria ao encargo da Câmara Municipal se fosse manutenção era ao cargo da Junta de Freguesia. -----

----- Tomou o uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse ter anunciado naquele dia, duas unidades balneares no âmbito da revisão do POC – Programas da Orla Costeira, aquele era um dos passos a dar. A criação da praia fluvial requeria vários passos e todos saberiam a dificuldade que era pareceres/aprovação das demais entidades bem como as regras que eram impostas. Disse que a requalificação da Barrinha, da Lagoa e marginal da Praia de Mira tinham de integrar o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT). Sempre tinha defendido aquele tipo de requalificação, uma vez que, até ao momento só era permitido aquele tipo de intervenção na área de regeneração Urbana em Mira, no centro da vila de Mira. No programa 2030 aquele problema

estava ultrapassado, já se podendo intervir na regeneração Urbana na vila da Praia de Mira. Salvaguardou que para além de todos “terem” ideias não se podiam esquecer que para fazer intervenções tinha de haver financiamentos para tal. Disse já ter feito aquele reparo à Sra. Ministra aquando da sua vinda para a inauguração do *átrium* bem como na CCDRC. -----

-----Quanto à biblioteca, estava aberta de verão até ao momento não havia outra alternativa. O Skate parque era um problema de espaço, ou seja, de colocação em território, pois, a Agência Portuguesa do Ambiente tinha de aprovar e estavam a ter alguma dificuldade nessa parte. O mercado, informou que tinha defeitos alguns foram corrigidos e tinha sido acionada a garantia de obra. A aquisição de um palheiro na Praia de Mira estava numa fase bastante avançada.

-----Interveio o **Sr. José Alberto Domingues** (público), que autorizou a sua captação de imagem e começou por falar da falta de limpeza nas ruas da Praia de Mira e quis tentar perceber de quem seria a responsabilidade. Fez referência à falta de caixote de lixo entre a capela e a lota. Questionou sobre uns postes de cimento à beira mar. Alertou para a falta de toponímia nas ruas. -----

-----Em resposta o **Vereador Artur Fresco** concordou que aos olhos dos populares não interessava de quem era a competência da limpeza das ruas, no entanto, até ao mês de maio tinha sido da junta de freguesia e a partir de junho seria da câmara municipal, pois continuava a não haver acordo de competências entre ambas as entidades. -----

-----Interveio **Sr. Presidente da Câmara** informando que os caixotes iam ser colocados e reconheceu aquele facto. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) que começou por esclarecer que o regimento dava 5 minutos ao público para poderem falar. Dirigiu-se ao vice-presidente e disse para o mesmo arranjar solução aos problemas e não desculpa para eles. A população tinha a necessidade de ver os seus problemas resolvidos. Ressalvou que devia ser a Câmara a ter o território cuidado desde o passado dia 1 de junho. Mais disse, que o valor de quinze mil euros proposto pelo executivo

era para limpeza (urbana) total de toda a freguesia da Praia de Mira, o que era absurdo pois só um funcionário por ano custava mais que aquele valor. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que esclareceu de uma forma mais rápida para que as pessoas percebessem que em relação às limpezas das ruas, valetas e sumidouros não havia acordo com a Junta de Freguesia da Praia de Mira porque o senhor presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira não quis. Foi feita uma proposta por parte do executivo em que era excluído os jardins que era a parte em que não havia acordo, no entanto, o senhor presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira não aceitou. -----

----- Interveio o **Vereador Artur Fresco** esclareceu que o senhor presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira em conversa disse que abdicaria dos valores do mês de junho porque consentiu que as limpezas não estavam feitas até ao mês de maio e que no mês de junho não era necessário a Câmara pagar qualquer valor. Ressalvou que a única parte em que não havia acordo era na limpeza dos jardins todo o resto havia acordo. -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que disse o seguinte: *“Sintam-se cumprimentados na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal-----*

-----Na Pérsia antiga, o príncipe de um pequeno Emirato, com algum custo alcançou a liderança do pequeno território. Como saberia que não poderia liderar para sempre o pequeno emirato, foi pensando numa forma de alcançar outra posição. Ainda tentou um lugar na assembleia do Califado, mas nunca se definiu no apoio aos diversos xeques tribais do seu partido. Esteve na formação de uma empresa de água com outros emiratos na esperança de lá alcançar um lugar ao sol. Os outros emires, de olhos bem abertos, cedo perceberam as suas intenções. Acabou assim por apanhar o lugar dianteiro da primeira cáfila turística que passou pelo emirato. Para garantir que a cáfila chegava a bom porto tratou de se unir à outra cáfila concorrente.... Afinal necessitavam ambos, pois estavam em final de mandato...-----

-----Provavelmente estão à espera que venha falar de Turismo.-----

-----Falamos de turismo na última assembleia ordinária pelas razões que todos nós já percebemos.-----

-----Hoje vamos falar de sinais de trânsito. -----

-----De quem é a responsabilidade pela sua colocação e reposição? -----

-----O Partido CHEGA tem recebido imensas mensagens a documentar a sua inexistência ou falta principalmente na freguesia da Praia de Mira, mas também no resto do concelho. -----

-----Convidamos esta assembleia a verificar a diferença entre o concelho de Mira e os nossos vizinhos relativamente a sinalização rodoviária. Convido também a passarem junto dos armazéns das autarquias e detetarem a enorme diferença na quantidade de sinais para reposição e substituição. A menos que em Mira estejam guardados nalgum armazém mais ou menos escondido. -----

-----Vamos também falar do Mercado Municipal da Praia de Mira. A obra custou cerca de 500 000 € e segundo algumas informações enviadas ao nosso partido está longe de ser um brio. Foram referidos, nesta assembleia, diversos constrangimentos e litígios com o empreiteiro. Como ficaram esses litígios e quem fez o acompanhamento durante a execução da obra? O projeto contemplava alguma rampa deslizante para o acesso a cidadãos com mobilidade reduzida? -----

-----Vamos também falar de saneamento, o Partido CHEGA como membro da Comissão de Acompanhamento foi convidado a estar presente na visita às obras da futura ETAR das Cochadas no passado dia 2 de junho. Gostaria também de referir que não recebi ainda a documentação solicitada relativamente a esta obra por parte do executivo. Posso também referir que da parte das Águas do Centro Litoral a consideração tem sido diferente. Tenho recebido documentação e explicações relativamente aos processos físicos, químicos e biológicos que vão ser implementados. -----

-----Por fim vamos falar de Educação. Soubemos pela comunicação social que a carta educativa foi revista. Não sabemos se esta assembleia deve legalmente

tomar conhecimento de possíveis revisões, no entanto entendemos que deveríamos ser informados. Gostaríamos de saber se as AEC (Atividades Extracurriculares) estão já preparadas para o próximo ano letivo? Este ano letivo houve turmas que estiverem todo o ano letivo sem um ou dois professores de atividades extra letivas. -----

-----Convido o executivo a indagar junto do município de Vagos ou Cantanhede para perceber qual a razão para não existir por lá esse problema. Seria também importante referir que ao nível do primeiro ciclo o concelho de Mira apresenta um número muito mais elevado de turmas mistas que Vagos e Cantanhede. Nestes municípios a maioria das turmas são de ano e alguns encarregados de educação começam a reparar neste tipo de questões. Seria importante articular a carta educativa com o regulamento/regimento de matrículas. -----

-----Obrigado pelo tempo dispensado” -----

----- Inteveio o **Sra. Zélia Moraes** (PS) que cumprimentou todos e mostrou a sua tristeza relativamente, à sua terra, Carromeu. Falou do bairro do Areeiro e do desprezo a que estava sujeito (ruas, buracos, ervas, etc). -----

----- Inteveio **Clara Clemente** (PSD) que cumprimentou todos e disse ter estado atenta a troca de palavras anteriores, mas, a sua dúvida persistia, de quem era a responsabilidade da limpeza dos caminhos públicos, pois os da Barra de Mira estavam cheios de canas. Questionou pelo ponto de situação do projeto da pista que vinha da Praia de Mira para a Barra. -----

----- Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as metáforas usadas pelo deputado Augusto Miranda, mas que não concordava com as mesmas. Quanto à obra do mercado, informou que tinha sido acionada a garantia de obra junto do empreiteiro. -----

-----Informou que iam ser terminados os bocados de pista que estavam em falta.

-----Fez referência ao artigo 16 da Lei 75 de 2013, que era no âmbito da sinalização. Segundo aquele artigo competia às Juntas Freguesia, ou seja, era uma competência material das Juntas de Freguesia conservar e reparar a

sinalização, obviamente que a CMM estava disponível para ajudar e para colaborar como sempre o tinham feito até então. -----

----- Interveio o **Vereador Artur Fresco** informando que a carta educativa tinha sido elaborada, levada a conselho municipal de educação e posteriormente, enviada para a DGEST – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, que teve um prazo de 30 dias para se pronunciar. Há cerca de duas ou três semanas tinham-se pronunciado e pedido correções e esclarecimentos. Os pedidos tinham sido satisfeitos e naquele momento estava a decorrer um novo período para novos pronúncios e por conseguinte ia demorar mais algum tempo até que se pudesse levar a aprovação à reunião de Câmara e de Assembleia Municipal. Quanto às AEC's, esperava ser mais célere este ano e ia ser da responsabilidade da Câmara Municipal a contratação dos professores. -----

----- Quanto ao bairro do Areeiro, estava em obras e concordou que não estava nas melhores condições, faltavam tomar algumas decisões para que a obra fosse terminada e era o que pretendiam fazer. -----

----- Interveio o **Sr. António Gonçalves** (PS) que cumprimentou todos e começou por falar da Rua da Cavada e da Rua Maia Alcoforado no sentido que após serem intervencionadas o pavimento estava bom e a velocidade que os condutores de automóveis e motos ali passavam era medonha. Questionava para quando a possibilidade de colocar lombas de redução de velocidade, pois na sua opinião, mais cedo ou mais tarde ia haver ali um acidente grave, até porque ali era hábito haver pessoas mais velhas e com mobilidade reduzida andar pela estrada, visto que não havia passeios. -----

----- Havia uma obra a decorrer na Praia de Mira, que era a do centro paroquial, a mesma implicava remoção de areia branca, questionou se aquando do seu pedido de licenciamento foi pedido um parecer à APA - Agência Portuguesa do Ambiente para a sua movimentação. -----

----- Interveio o **Sr. Gabriel Pinho** (PSD) cumprimentou todos, e começou por falar do êxito que tinha sido a décima sétima Feira dos Grelos e de como tinha corrido bem. -----

-----Teceu considerações acerca de uns pontos da ordem de trabalho de outra Reunião de Assembleia Municipal, relativos às transferências de competências e que tinha havido um deputado a abster-se em todas as votações naqueles pontos. Achava errado pois, a abstenção na sua opinião não era “nem peixe, nem carne”, mais ainda, o mesmo fez uma declaração de voto a defender uma freguesia que não era a sua. Disse que perante a sua longa experiência, a Junta de Freguesia mais sacrificada tinha sido sempre a sua, a dos Carapelhos, ao passo que a mais beneficiada era a da Praia de Mira. -----

-----Quanto ao deputado que o mesmo tinha falado anteriormente, achava errado ele andar sempre “apontar o dedo” ao que achava errado e que se esqueceu que tinha ilegal a sua piscina. -----

-----Interveio o **Sr. António Teixeira** (PS) que cumprimentou todos e iniciou a sua intervenção falando para a Mesa e dizendo que o Presidente da Junta da Praia de Mira devia ser chamado daquela forma e não como o Presidente da Junta da Praia. Pediu desculpa pela sua intervenção na última Assembleia Municipal. Questionou porque razão o campo de relva sintética do Lago do Mar não tinha o sistema de rega em funcionamento, visto que estava colocado há um ano. Falou que havia necessidade de eletricidade trifásica, segundo explicação do Executivo, no entanto, para a “festa dos enfermeiros” havia sido posta. Quis saber porque razão as balizas colocadas à disposição de cerca de 80 crianças tinham sido retiradas. Em nome de alguns moradores da Avenida Cidade de Coimbra, pergunta se ia ser colmatada de alguma maneira a falta de limpeza e de flores no separador central daquela zona. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou por falar da Rua da Cavada e disse que as lombas (as pretas e amarelas) eram mais difíceis de colocar e que com certeza ninguém as queria ao pé de casa, até pelo barulho

que faziam, na sua opinião era melhor colocar passadeiras elevadas (mas iam analisar). Quanto ao licenciamento da obra na Praia de Mira, contemplava remoção de terra, estava em zona urbana e não houve necessidade de pareceres de outras entidades. O titular tinha alvará para aqueles trabalhos. ---

-----Em resposta ao Sr. António Teixeira o **Vereador Tiago Cruz** disse que a rega estava intrinsecamente ligada à questão da eletricidade e que por não conseguirem a potência desejada para lá, havia um orçamento de cerca de 70 000euros para prolongar a rede até ao Touring. Na passada semana tinha havido uma reunião e um dos pontos discutidos tinha sido aquele. Ia avançar-se com aquele prolongamento. Informou que se tinha questionado a E-redes do porquê terem ligado num sitio e não a faziam no Touring e a resposta foi que temporariamente garantiam a ligação, mas que para ser permanente tinha de haver instalações adequadas para garantia de fornecimento de energia. Quanto às balizas, tinha havido um pedido do clube para aquela semana, como o Município não tinha balizas daquelas houve uma intercomunicação com a Associação do Ala-arriba para que eles emprestassem as suas, na semana seguinte foram recolhidas por a Associação do Ala-arriba precisar das mesmas.

-----Interveio a **Sra. Guida Reigota** (PSD) que cumprimentou todos e começou por parabenizar por mais um galardão da Bandeira Azul para a freguesia da Praia de Mira, pois era um motivo de orgulho para todos os mirenses ter o 36º galardão na Praia de Mira e na Barra de Mira (praia do Poço da Cruz). Parabenizou ainda: pela inauguração das obras de qualificação e modernização do mercado na Praia de Mira; por mais uma grandiosa noite de espetáculos das marchas que foram um sucesso e pelo fato de terem colocado bancadas de um lado e outro, pois foi uma mais valia permitindo que mais pessoas tivessem oportunidade de ver o espetáculo que eram as marchas. -----

-----Interveio o **Sr. Carlos Nora** (PS) cumprimentou todos e começou por questionar se o PDM (Plano Diretor Municipal) ainda estava em discussão, se havia a intenção de urbanizar a Rua Gonçalo Tavares, uma vez que lá estavam

todas as infraestruturas para o seu desenvolvimento e alargamento habitacional. Voltou a interrogar acerca da Praia Fluvial e se haveria alguma coisa planeada naquele sentido. Abordou as obras de requalificação do centro da Vila de Mira, como era o ponto de situação uma vez que sabia que tinha havido trocas de empreiteiros, e estavam prontas para quando. Fez referência ao colégio antigo, se eventualmente, tinha já havido intenção da CMM adquirir aquele espaço. Disse desconhecer os “passeios” no Areal, enquanto obra. Incentivou à manutenção do parque de lazer na Lagoa de Mira. Concluiu, parabenizando por mais uma edição da Feira dos Grelos. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), que teceu considerações acerca de responsabilidades das Juntas de Freguesia, que o executivo e alguns deputados insistiam em falar. Leu um artigo e as ilações que retirou foi que a sinalética era de responsabilidade Municipal, a Junta de Freguesia tinha a responsabilidade de alertar para as sinaléticas em mau estado, caídas, entre outras. -----

-----Quanto à empreitada o Eurovelo disse que a implementação foi mal feita, a execução de trabalhos mal feita, havia erros crassos na avenida Cidade de Coimbra, na rua do Canal e para complementar a sinalética feita por cima de flores, de canas, etc. sabia que a execução cabia a outros, no entanto, o território era nosso e o Município tinha muito a ver com isso. Devia de haver acompanhamento e fiscalização para se perceber como os trabalhos estavam a ser feitos. Fez alusão à passadeira elevada frente à escola na Praia de Mira e que não se fez mais nenhuma daquele género. -----

-----Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) que cumprimentou todos e questionou acerca do projeto de habitação a custos controlados e se podiam dar o ponto da situação do mesmo. -----

-----Disse que ia fazer uma observação e não uma pergunta, que foi acerca das dificuldades de entendimento e negociações entre a Junta da Freguesia da Praia de Mira e a Câmara Municipal. Na sua opinião, ambos tinham razões e culpas.

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que após ler o significado de ardiloso, salientou que não se devia baixar a linguagem para aquele nível na Assembleia Municipal. -----

-----Interveio o **Vereador Artur Fresco** que informou que na rua Óscar Moreira da Silva informou que a empresa que estava a trabalhar era a mesma, no entanto, eles puderam subempreitar outras empresas tanto para asfaltamento como para calcetar, por exemplo. Ficou acordado que a rua estivesse liberta para as festas de São Tomé. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, clarificando o deputado Augusto Miranda que em momento algum havia razão para defesa da honra. Se persistissem naquele tipo de comportamentos a tolerância por parte da mesa começava a ser zero. Aquele era um sítio para discussão acerca do Concelho de Mira, mas que havia limites e regras. Deu a palavra ao executivo com o tempo do PSD. -----

-----Interveio o **Vereador Bruno Alcaide** informando que a CMM tinha juntamente com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., abreviadamente designado por IHRU, IP, um projeto de habitação a custos acessíveis, ou seja, um projeto que vai ser para arrendamento a custos acessíveis. O local identificado para a construção de moradias e edifícios para apartamentos foi na Videira Norte. Naquele momento estavam a decorrer os procedimentos legais entre ambas as entidades. Foi superado o processo de atribuição de lotes que concorreram há alguns anos atrás. -----

-----Em resposta ao Sr. Carlos Nora o **Sr. Presidente da Câmara** disse que em relação ao PDM as situações de ampliação da zona urbana tinham critérios das entidades, nomeadamente, da reserva agrícola, reserva ecológica. Já havia pareceres e naquele momento estavam em fase de concertação com as entidades. Depois daquela fase era apresentada a proposta e entrava em discussão pública. Quanto à aquisição do colégio antigo, os valores eram

bastante altos para a sua aquisição. O parque de lazer estava entregue ao Lagonense, mas sim dever-se-ia arranjar uma solução para o mesmo. -----

-----Interveio o **Sr. Carlos Costa** (PSD) que clarificou que o passeio que se abordou era na rua das quartas, entre a travessa o cruzamento lá de cima. Era um passeio que dava muito trabalho. Recordou, que a sua freguesia tinha muitos quilómetros de valetas, estradas, sarjetas. Muita coisa para limpar e sabia que era da sua competência, tinha consciência do que era necessário fazer, no entanto, o ano era atípico e as ervas nasciam com muita facilidade e rapidez. Mais disse, que tinha apenas quatro homens para todo aquele serviço. Na N109 não era competência da junta fazer as limpezas. Convidou todos os presentes para a inauguração das novas instalações da junta no dia um de julho. -----

-----Interveio a **Sra. Maria José** (PS) convidando todos os presentes para a festa do “São Pirlampo” na Cercimira, pois sabia que ainda havia muitos bilhetes disponíveis. -----

-----Interveio o **Sr. Manuel Inocêncio** (PSD) cumprimentou todos e disse que tinha três coisas a falar: a primeira era no cruzamento da Ermida, os arbustos estavam enormes e estavam a diminuir a visibilidade ao trânsito; a segunda era acerca do que se iam fazer relativamente ao campo cedido a uma associação que estava na Zona Industrial do Montalvo e a terceira ressaltou que o nosso Concelho era pequeno, mas na sua opinião estava-se melhor que há uns anos atrás, no entanto, tinham de se lembrar da zona sul do Concelho. -----

-----Interveio o **Vereador Artur Fresco** dizendo que tomou nota relativamente à situação do cruzamento da Ermida. Quanto ao campo de futebol na ZI Montalvo, o seu desaparecimento era inevitável pois ele estava no meio do loteamento e teria de ser avaliada novas infraestruturas desportivas. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** enfatizou o facto de não haver saneamento naquela zona sul do Concelho, no entanto, iam-se fazendo alguns “caminhos” para fazer aquela obra. -----

---- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

----**PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento**-----

----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que disse o seguinte: “Relativamente a este ponto, gostaria de voltar a referir o nosso pedido de apresentação de um Relatório Trimestral das atividades e intervenções da ABMG.-----

----Relativamente à ABMG, os mirenses ainda não sentiram as tão anunciadas mudanças. Mudanças só houve nas faturas com o aumento das tarifas da água, saneamento e resíduos sólidos. Na última assembleia ordinária o executivo referiu que as mudanças na recolha do lixo não teriam impacto nas faturas.-----

----- Convido os mirenses a lerem com atenção as faturas da ABMG, e a verificarem que a taxa do lixo está indexada ao consumo de água.-----

-----Provavelmente quem consome mais água faz mais lixo.”-----

----Interveio a **Sra. Maria José** (PS) dizendo que não ia escrutinar de forma tão minuciosa aquele relatório, ia salientar que a rubrica que maior peso tinha na despesa corrente era a despesa com pessoal e representava 54.04%, sem a contabilização das avenças, dos poc’s, das consultorias e aquisição de serviços nas mais diversas áreas. No entanto, havia falta de manutenção nos espaços verdes, nos equipamentos de lazer. Enfatizou o facto de as Marchas populares estarem restritas a uma só saída no ano sem as aproveitar para mais nenhum certame.-----

----Interveio o **Sr. António Gonçalves** (PS) que fez alusão às diversas páginas do relatório, nomeadamente, página sessenta e cinco, sessenta e dois, noventa e cinco. Trouxe algumas fotografias para mostrar lixo que estava na via pública e gostava de perceber que tipo de acompanhamento havia para situações

daquelas. Questiona pela falta de informação e promoção de evento de recolha de lixo. -----

-----Interveio a **Sra. Carolina Reigota (PS)** que cumprimentou todos e começou por dizer que estava grata pela sua prestação na Juventude Socialista - JS e que a JS defendia o pedido de uma visão estratégica para os jovens, no Concelho Municipal da Juventude. Fez referência à página 84 do relatório das atividades, em que o município revalidava o seu vínculo com a juventude, simbolizando o compromisso com os jovens do Concelho potenciando a criação de mais e melhores políticas amigas da Juventude. Questionou qual era o compromisso que se assumiu. Disse que a parte sul do Concelho continuava sem saneamento, embora o Sr. Presidente tivesse falado naquele ponto, gostava que fosse sanado num futuro próximo. Na sua opinião, o Sr. Presidente (que estava de saída) não tinha feito nada relativamente aos jovens. -----

-----Em resposta o **Vereador Artur Fresco** informou que em relação à antiga Praça do Peixe em Portomar tinha havido reuniões entre o executivo municipal e algumas comissões de festas de Portomar e Cabeço, pois havia algum dinheiro que queriam investir em prol da população. O resultado tinha sido um projeto diferente de um antigo que havia. O resultado seria um espaço polivalente para as mais variadas e diferentes situações. A obra seria do tipo modular, para assim se ir adicionando/fazendo mais obra consoante o dinheiro. Quanto ao Largo 5 de outubro, achava que a obra seria consignada ainda, naquele ano. Quanto aos lixos acumulados, disse que já se tinha falado várias vezes ali e que não havia necessidade de aquele acumular pois o serviço de recolha de monos era feito de porta a porta, bastava ligar para agendarem a recolha. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** informando que o relatório trimestral da ABMG terá de ser pedido à administração. Em resposta à Sra. Maria José, informou que as despesas com o pessoal aumentaram exponencialmente, por causa de todas as transferências de competências que houveram. A atividade que houve de recolha de lixo foi promovida pela ERSUC - Sistema

Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro direcionada a “população” estudantil. -----

-----Em democracia cada um era livre de ter a sua opinião, lembrou que nos últimos dez anos a zona sul do Concelho teve maior investimento até aquele momento e com reflexão na juventude, por exemplo: criação de uma zona industrial (zona industrial do Montalvo), fixando empresas gerando assim, postos de trabalhos; o aumento da zona industrial do polo I; no edifício MiraCenter, incubadora de empresas; obra nas escolas; no centro de saúde; entre outros. Enumerou todas aquelas obras, pois alguém que se fixe em Mira além do seu trabalho precisará de outras valências para aquele efeito. -----

-----Interveio a **Sra. Andreia Petornilho** (PS) dizendo que achava o relatório, ao contrário da sua colega, um bocado vago. Não conseguiu perceber quais os objetivos das atividades e campanhas, quais os métodos utilizados e se os objetivos tinham sido cumpridos. O último facto era evidenciado pelo uso dos verbos no infinitivo, segundo a sua opinião. Fez alusão: às questões das coimas (cantina, página onze), página catorze (faixas de combustão). Falou de lapsos, tais como, envio de convocatórias à bancada do PS, elucidou que aquelas páginas eram do primeiro relatório pois houve uma revisão do mesmo e as páginas alteraram-se.-----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) dizendo que algumas das suas questões já tinham sido colocadas, no entanto, falou da parte do contencioso mais concretamente na página dezassete onde existiam dois processos relativos ao mercado na Praia de Mira, gostava de saber o que eram. Pediu para passarem algumas imagens que estavam ligadas à inauguração do mercado para que se pudesse constatar que após tanto tempo com o mercado fechado e depois com obras, o mesmo fosse inaugurado com tantos défices. Como exemplo, entre tantos outros, colocou a foto de uma banca do mercado, que estava num estado lastimável, ele próprio tinha tirado as fotos. Não conseguia perceber como havia tantos erros, tantas lacunas numa obra daquelas e a

mesma era inaugurada com todos aqueles defeitos. Questionou de quem era um outdoor que estava na rotunda grande do início da Praia de Mira. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que tem de se admitir quando as coisas correm mal, a resposta ao Sr. Francisco Reigota estava na sua primeira questão, que era, o acionamento da obra (estava no contencioso). Tinha de se esperar a decisão do tribunal quanto àquele processo. O outro processo, era uma coima por causa do plano de segurança no trabalho. -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) falando de editais que viu afixados, por causa da limpeza de terrenos, questiona por limpezas de faixas de rodagem. Deu exemplo de concelhos vizinhos que já as tinham feitas. -----

-----Opinou, que cada um devia fazer participações de situações ilegais que conhecesse se assim o entendesse. De uma forma pessoal falou que nem ele nem a sua esposa tinham piscina. -----

----- Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que quanto à limpeza das faixas de gestão combustível, havia-se contratado uma empresa para fazer aquelas limpezas. Mais disse, que quanto aquelas faixas e suas limpezas havia teorias positivas e outras negativas, inclusive, haviam municípios a colocar o ICNF em tribunal por causa daquela mesma limpeza, era um assunto “polémico”. -----

----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 1 foi tomado conhecimento. -----

----- **PONTO DOIS: Apreciação, nos termos do nº 2 e nº 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na atual redação, conjugado com as alíneas l) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, dos documentos de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício de 2022, do Município de Mira** -----

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que aquele era um exercício de contas consolidadas, ou seja, um exercício contabilístico em que as entidades, naquele caso o Município a ABMG e a AIBAP consolidavam as suas contas até ao final de março/abril e depois juntavam-se/consolidavam-se todas juntas até

aquela data, eram depois enviadas ao tribunal de contas e revistas por um técnico oficial de contas. -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que disse o seguinte: -----

---- “Relativamente a este ponto vou simplesmente citar o que está referido na documentação enviada, nomeadamente na página 61, relativamente à Certificação Legal das Contas: “Auditamos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Mira que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 que evidencia 125 413 660,37 € e um total de fundos próprios de 113 648 426,54 €, incluindo um resultado líquido negativo de 267 609,91 €,” fim de citação. Refiro também que o Relatório Oficial de Contas emite uma opinião com bastantes reservas relativamente à situação financeira do município. -----

-----O partido CHEGA já tinha alertado para esta situação e este relatório vem confirmar essa mesma situação em que os valores negativos são até superiores ao calculado por nós. -----

-----Importa fazer uma reflexão sobre a direção que estamos a tomar e não podemos continuar a alimentar estas contas negativas.” -----

-----As contas da ABMG e AIBAP, vinham em ajuda do Município não o deixando tão negativo. Acha que se devia seguir à risca as indicações dadas pelos auditores. -----

-----Interveio o **Sr. Mauro Seiça** (PS) que após análise da execução orçamental e da saúde económico-financeira do município puderam verificar uma tendência que consideravam perigosa. Fica demonstrado que o resultado líquido consolidado foi negativo apesar do crescimento da receita que tinha aumentado. Era uma situação preocupante a seu ver e questionava-se sobre qual era o rumo que o município ia ter. Teceu mais considerações relativas ao que disse ser ausência de mecanismos de controlo para o Município. Questionou acerca da não implementação de registo de inventário, que consideravam grave a vários níveis, tais como, imóveis com valores atribuídos de zero euros. -----

----- Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que o ROC's - Revisor Oficial de Contas foram introduzidos na Câmara Municipal, quando aquele executivo tomou posse na primeira legislatura. Garantiu que nada era omitido aos Revisores, até porque, dos mesmos era esperado uma fiscalização e posteriormente, um relatório relativo à situação financeira/ contabilística do Município. Diz que os resultados operacionais eram positivos, havia alguma complexidade em perceber e de ele mesmo explicar, por serem questões muito técnicas (deu exemplo das amortizações). -----

----- **VOTAÇÃO** -----

-----Colocado à votação o Ponto 2 foi aprovado por maioria, uma abstenção do CHEGA, nove abstenções do PS e restantes votos a favor do PSD. -----

-----Declaração de voto do PSD, interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** onde descreveu e teceu considerações de como aquele relatório tinha sido apresentado, não esquecendo que refletia contas da AIBAP, ABMG e CMM. Deixou mais algumas notas relativas aos ativos, ao passivo e património. Não deixou de referir o impacto que a inflação teve nas contas bem como, transferências de competências. Daí o voto a favor da bancada do PSD. -----

----- **PONTO TRÊS: Apreciação e votação, nos termos das alíneas m) e o) do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da 6ª Revisão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Mira e 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023** -----

-----Explicou o Sr. Presidente que aquela organização tinha a ver com a criação de uma Unidade de armazenamento parque de máquinas, viaturas e oficinas para melhor organização dos serviços. -----

-----Interveio o **Sr. António Gonçalves** (PS) alertando para uma gralha entre aquele ponto e o relatório do presidente. Quanto aquela alteração do mapa de pessoal quis partilhar alguns números que disse ter recolhido das folhas de Excel fornecidas e enumerou algumas vagas que iam abrir. A sua questão era se havia

necessidade de criação daquelas vagas e se não podia haver requalificação de alguns funcionários para serviços diferentes. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** informa que a necessidade de contratar até devia de ser mais, porque quando se tinha cerca de vinte diplomas com transferências de competências e de áreas diversas era necessário pessoal. Convidou-o a ir pesquisar outras câmaras da nossa CIM e via que não éramos os únicos a tomar aquelas decisões. Deu exemplo a área da Saúde e da Educação. -----

----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 3 foi aprovado por maioria, uma abstenção do CHEGA, nove abstenções do PS e restantes votos a favor do PSD. -----

-----Declaração de voto do PSD, interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** teceu considerações acerca daquela alteração ao mapa pessoal, onde disse que os munícipes ao quererem mais e melhores serviços, tinham de perceber que as estruturas tinham de se adaptar e não estagnarem no tempo, ou seja, os recursos humanos tinham de ser suficientemente qualificados e motivados para prestarem serviço público. Enumerou os diversos setores da organização orgânica da Câmara Municipal (ordenamento do território e urbanismo, ensino, saúde, a ação social, ...) e conclui que para todas aquelas áreas tem de haver recursos humanos e que com os novos diplomas (novas transferências) eram necessários ajustes. Acha que era o caminho que aquele executivo estava a traçar, mesmo que, paulatinamente e com recursos financeiros, mas com muita tenacidade resiliência capacidade e persistência. Deixa a sugestão de mais tarde criar uma unidade orgânica na educação devido à sua dimensão. -----

----- **PONTO QUATRO: Ratificação, nos termos do disposto no nº. 3, do artº. 164º. do Código do Procedimento Administrativo, em articulação com a alínea t) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, da assinatura do protocolo de Geminação entre os Municípios de Mira e Differdange.** -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que disse o seguinte: “O Partido CHEGA será sempre favorável a este tipo de protocolos e geminações. No entanto importa saber quais os custos concretos e os benefícios com este tipo de iniciativas? -----

-----Gostaríamos também de saber como está uma outra geminação que Mira fez, nomeadamente com Lagny sur Marne em França?” -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) o porquê daquele ponto ser uma ratificação, pois na sua opinião uma ratificação fazia sentido se fosse uma situação esporádica, espontânea, o que não fazia sentido numa geminação. Lamentou o facto se hipoteticamente uma situação daquelas não fosse aprovada e qual ia ser a imagem passada para o exterior. Aquelas geminações eram sempre bem aceites pela bancada do Partido Socialista. Informou os presentes acerca de eleições que houveram em Differdange em datas próximas da assinatura daquele protocolo e no qual lá tinham estado presentes, os nossos representantes municipais. Os timings no seu entender não faziam sentido, pois mais pareciam campanhas eleitorais. A sua intenção de voto era favorável, no entanto, achava lamentável não terem envolvido todas as partes, inclusive a Junta de Freguesia da Praia de Mira. Informou que tinha estado lá a convite do partido “socialista” para ser orador de um comício e ressaltou ainda que, tudo tinha sido pago do seu bolso. -----

-----Perguntou de quem era o outdoor que estava à entrada da Praia de Mira. -

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que o outdoor pertencia a uma empresa. -----

-----Interveio o **Sr. Pedro Nunes** (PSD) que cumprimentou todos e disse que não pensou em intervir, no entanto, ao ouvir o Sr. Francisco Reigota a dizer que tinha ido a Differdange e que tinha pago tudo do seu bolso e que tinha ido a convite do partido de lá, disse que perante tal era óbvio que tinha de ser o próprio a pagar. Ele próprio tinha sido convidado a integrar aquela comitiva enquanto presidente de uma associação, no entanto, a “sua” associação acabou por não

ir. Naquela situação de integração da comitiva e de levar a cultura gandraesa, os factos eram diferentes e tinha de ser a autarquia a pagar as despesas, pois iam ao serviço da mesma. Esperava que o Sr. Francisco Reigota pensasse melhor nas frases que deitava para fora, era de lamentar o que disse.

-----Interveio o **Vereador Artur Fresco** dizendo que as geminações eram trocas de experiências, de sabedorias, trocas de culturas, ... lembrou que Differdange tinha uma grande comunidade de portugueses e muitos deles eram Mirenses (Concelho). Lembrou que aquando os incêndios de 2017, Differdange contribuiu para a reflorestação no nosso Concelho. Já lá tinha estado com um grupo desportivo e folclore, para a prática do mesmo, logo, pelo que enumerou e outras coisas mais a justificação daquela geminação estava justificada. -----

----- Salientou que a intenção nunca foi meter a política naquele assunto. Informou que quem assinou a geminação de lá foi a Sra. Presidente que estava em funções até às eleições de lá, mas que o atual presidente tinha estado cá (Mira) e participou no entendimento daquela geminação. Disse que estiveram lá num curto período de tempo, mas que foram muito bem acolhidos por todos os quadrantes eleitorais. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) dizendo que não lhe tinham respondido às suas questões e que o que ele tinha ressaltado foi o facto de ter sido uma ratificação. A justificação que tinha acabado de ouvir ele nunca a tinha metido em causa. Dirigiu-se ao Sr. Pedro Nunes e disse-lhe que não sabia que uma associação da sua junta de freguesia tinha sido convidada. Disse que o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira não ter sido chamado já dizia muito acerca dos princípios aquele executivo estava na política. Teceu outras considerações naquele âmbito e ressaltou que era de mau tom ele ir fazer as suas intervenções e haver comentários constantes. Disse ser sincero e estar ali para fazer os comentários que achasse pertinentes e necessários. -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) dizendo que aquelas geminações eram importantes e que até serviam para perceber o funcionamento

político naqueles países. Sugeriu que quando fossemos visitados por eles novamente, podia ser feita a receção por todos os quadrantes políticos, ficava a sugestão. Questionou como estava a outra geminação que tínhamos. -----

-----Interveio a **Sra. Clara Clemente** (PSD) que disse que uma Assembleia era para discutir assuntos da população, das freguesias e não uma troca de “galhardetes”. -----

-----Interveio o **Vereador Artur Fresco** dizendo que a alteração das datas podia ter-se prendido pela presidente da Câmara não saber se ia ou não se recandidatar e por ela fazer questão de assinar aquele protocolo. Por aquele motivo, a comitiva de lá que esteve em Mira já integrou elementos de vários partidos políticos, e aquele era o motivo daquele ponto ser retificação. -----

-----Quanto à *Lagny sur Marne* estava para ser colocado em prática o protocolo que se encontrava em vigor. -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) dizendo que a comitiva do Luxemburgo fez-se representar com todos os partidos políticos e o executivo de Mira só se fez representar com o executivo. Ressalvou que o Luxemburgo vivia há séculos em democracia e Portugal era só há décadas. -----

-----Interveio o **Sr. António Silva** (PS) dizendo que era das poucas pessoas ali que conhecia bem Differdange e achou mal o executivo municipal não chamar o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira para acompanhá-los na sua comitiva. -----

----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 4 foi aprovado por unanimidade. -----

-----Declaração de voto do PS, interveio o **Sr. Francisco Reigota** dizendo que o PS votou favoravelmente porque aquela votação/ratificação tinha um princípio maior que era um protocolo de geminação entre as duas comunidades. Vincou que o princípio não estava errado, e já tinha sido explicado o porquê anteriormente. -----

----- PONTO CINCO: “Assunção de compromissos plurianuais” - Tomada de conhecimento. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** pedindo esclarecimento da tabela na segunda folha que dizia “2021/2023 aquisição de serviços operacionais para limpeza e manutenção das zonas balneares e parque de campismo”, percebia em parte o que estava descrito, mas quis saber se ali estava contemplado as limpezas dos meses de julho e agosto uma vez que a transferências de competências ainda estava a decorrer. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara**, disse que aquele era um contrato de prestação de serviços, concurso público, para o parque de campismo e outros serviços. -----

----- Interveio o **Vereador Artur Fresco** dizendo que não havia transferência de competências, o último e-mail enviado para a JFPM (Junta de Freguesia da Praia de Mira) foi a 22 de junho, cujo conteúdo eram medições e novo proposta. Se não houver resposta, o executivo tem de tomar uma atitude e cada parte assumia as suas próprias competências. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** dizendo que a sua questão era saber quais as áreas o contrato envolvia (época balnear), uma vez que não havia um acordo na transferência de competências (entre a CMM e a JFPM). Disse que desde o primeiro dia do mês de junho o executivo soube que não havia acordo e no terreno não estava nada a ser feito até àquela data. Disse que aquela situação nunca tinha acontecido entre o PS e o PSD e na sua opinião não era uma diferença partidária, mas sim uma diferença de “homem”. O vereador eleito pelo PSD que negociava era o antigo vereador Fernando Madeira e sempre houve acordo. Fez menção ao apoio de conta corrente às juntas de freguesia enquanto o Srs. Vereadores Artur e Tiago eram presidentes de junta e naquele momento já tinham acabado com aquele apoio. Falou da falta de transferências monetárias da Câmara para a Junta. -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) dizendo que no entender do partido CHEGA pode haver uma dualidade de critérios quanto aos apoios das juntas de freguesia. Os acordos tinham de ser equiparados e adaptados devido à dimensão de cada junta de freguesia. Realçou que havia dois acordos com a junta de Mira, dois acordos com a junta do Seixo, junta dos Carapelhos um e a junta da Praia de Mira andava há dois anos naquilo. O CHEGA achava que devia de haver somente um acordo por junta de freguesia. -----

-----Interveio o **Sr. Carlos Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira (JFM) informando que os acordos foram para todas as juntas de freguesia, o aumento que houve na JFM, deveu-se ao que estava feito com a da JFPM. Mira aceitou o acordo, logo estava a recebe-las. Se a JFPM não aceitou era um assunto que as outras juntas desconheciam, logo não havia necessidade de ir para lá dizerem que umas juntas recebiam e outras não, pois a realidade era diferente. -----

-----Interveio o **Sr. Gabriel Pinho** (PSD) testemunhou como antigo presidente de junta, que aqueles acordos eram difíceis. No entanto, a Junta de Freguesia dos Carapelhos (JFC) foi muito discriminada, nos seus primeiros 16 anos de presidente de junta conta que os acordos eram só para as juntas que o Sr. Presidente da Câmara queria. Num ano, a Câmara não limpou valetas à JFC e a medida que tomou foi ele e o restante pessoal eleito, deixar de receber os seus vencimentos para poder assim haver algum dinheiro. Houve um ano que a câmara teve a coragem, segundo o próprio, de dar à JFC somente 49euros. A partir daí não deixaram mais o seu ordenado em benefício da junta. Disse ainda, nunca ter tirado um KM a mais em benefício de idas a Lisboa, Coimbra, etc como outros presidentes de junta o faziam. -----

----- Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) que se dirigiu ao presidente da JFPM dizendo que ele era um malabarista das palavras, ou seja, era retórico, pois quis pôr o ônus do que estava a acontecer na bancada do PSD. Quem tinha de negociar com o executivo os acordos para a freguesia da Praia de Mira era

ele porque era o presidente da junta. A negociação já tinha sido ali explicada, mas achava que era tempo de o presidente da JFPM atuar em prol das gentes da Praia de Mira. -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) dizendo alguns acordos que haviam sido feitos pelo país e em Mira havia a dificuldade de o PSD e PS se entenderem. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** dizendo que a situação estava a chegar ao ridículo, disse ter apresentado um protocolo aprovado e validado à Câmara e Assembleia Municipal que foi chumbado pelo PSD. Perante aquilo queriam fazer passar o Presidente da JFPM por culpado e malabarista das palavras. Na sua opinião era brincar com coisas sérias, disse que o executivo tinha de dar explicações ao povo da Praia de Mira e não ele. -----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal**, teve de intervir e advertir que aquele local tinha de ser respeitado e dignificado por todos os ali presentes e insistiu para que houvesse contenção verbal, pois o “espetáculo” que estava a ser passado lá para fora era mau. -----

-----Retomou o uso da palavra o **Sr. Francisco Reigota** ressaltando que estava a intervir de forma educada e ordeira. Disse em forma de resposta que as suas funções como presidente de junta eram a tempo inteiro em regime de não exclusividade, disse receber 622 euros, e que a sua situação de ilegal não tinha nada. Disse que a JFPM estava sempre aberta a diálogo, a trabalhar (quanto a pistas pedonais, a CMM retirou as mesmas à JFPM dizendo que eram da alçada da Câmara pois faziam melhor e mais barato). Disse que o território de Mira sem a Praia de Mira não era a mesma coisa, não se podia ligar à cor política na hora de governar mesmo que as cores na junta não fossem iguais à Câmara. Voltou a questionar o porquê de não ter sido transferido “um euro” para a JFPM. Lembrou da venda de madeira (floresta) a JFPM pediu apoio e foi-lhe recusado, falou do acidente da carrinha da JFPM pediu apoio e continuava sem resposta até aquele momento. Reforça que ninguém lhe respondia ou apoiava

em nada. Disse que era melhor virar aquela página pois não estava a dignificar ninguém, mas assegurou que não era o responsável do que estava a acontecer. Mais disse, que mesmo a aceitar e assinar contratos àquela data os mesmos não estavam prontos para a época balnear (teceu considerações acerca das medidas de jardins que o próprio teve de ir tirar), disse que nunca ninguém o tinha ouvido falar daquelas matérias nas Assembleias ou praça pública, portanto que fosse assumido de quem era a culpa. Confidenciou que tinha recebido um vídeo dos atletas do Clube Náutico, que queriam ir para a água e não conseguiam entrar na barrinha, durante nove anos nunca tal tinha acontecido na Praia de Mira. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo** (JFS) dizendo que não estava à espera de uma reunião daquelas, não estava habituado a tal. Na sua ótica, durante toda aquela Assembleia ter-se-á falado da Praia bem como a mesma é esquecida, não é apoiada e que só as outras juntas é que eram. Afirmou que nunca foi convidado a ir para fora (estrangeiro com o executivo), quando era convidado, ia/aparecia. Disse lembrar-se de uma série de situações que foram feitas na Praia de Mira: motonáutica, mercado, animação de verão, Eurovelo, ... -----

-----Várias atividades, várias obras, disse valorizar muito a Praia de Mira (praia, mar, barrinha, ...) na sua freguesia também era questionado o porquê de as Marchas por exemplo, não serem no Seixo, entre outros eventos. Nenhum Presidente de Junta de Freguesia tinha trabalho fácil pois a disponibilidade de recursos e meios eram escassos. Esclareceu que tinha sido a JFS mediu as suas ruas, jardins, zona industrial, etc, ou seja, não tinham ficado à espera da Câmara para o fazer. Apelou ao bom senso, pois não era Assembleias como aquela que iam chegar a *bom porto*. -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que aproveitando ali as palavras do seu colega Deputado a Rui Pedro, todos os presentes deviam refletir o que se tinha passado até ao momento naquela Assembleia, pois em nada havia

contribuído aquela situação ao Concelho. Relembro que Vagos e Cantanhede continuavam a ultrapassar-nos. Relembrou que no século dezanove o Concelho de Mira foi extinto duas vezes. -----

-----Interveio o **Vereador Artur Fresco** que após as várias rondas, tinha que falar até porque o senhor presidente da junta de Freguesia da Praia de Mira levou aquilo para um campo pessoal comparando ou equiparando ao Vereador Fernando Madeira que nem sequer estava ali para se defender ou para dizer alguma coisa. Tinha de esclarecer o que se tinha passado até porque o senhor presidente da junta de Freguesia da Praia de Mira disse o que quis, logo, tem de ouvir também. O início das conversações com a JFPM foi com um e-mail no passado novembro, dia quatro por iniciativa da Câmara. Após aquele e-mail houveram reuniões, trocas de e-mails (não ia ali enumerar tudo). Foi perceptível que muitas vezes a vontade do presidente da junta de Freguesia da Praia de Mira não era igual aos restantes elementos que lá estavam do executivo, logo, quando comparou o Vereador Artur ao Vereador Fernando devia perceber que nem todos tomam as mesmas posições. Ali chegados, a vinte e nove de maio de dois mil e vinte e três, no e-mail recebido da JFPM, no ponto cinco, era dito que não concordavam com o que tinha sido proposto, ou seja, sempre que houveram negociações foi falado nas várias alíneas que compunham as transferências de competências: limpeza das vias, espaços públicos sarjetas e sumidouros, pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino básico, Jardim de Infância e eb1 da Praia de Mira. Houve acordo primeiro, depois não havia acordo inicial nos valores, mas depois chegaram a acordo com os valores. Descreveu o que havia acordo e o que não havia, mas que com aumento de valores pedidos pela JFPM e cedência da Câmara chegou-se acordo. O único ponto que nunca conseguiram acordar foi nos jardins. Enfatizou que o que levou a não assinatura do protocolo de transferência de competências para a Junta de Freguesia da Praia de Mira foram os jardins e aquilo estava dito e transcrito em várias trocas de e-mails, era transparente. A JFPM não aceitou as medições da CMM e fez as

suas próprias medições. O resultado/tabela daquelas medições a CMM não teve conhecimento, logo, o senhor presidente da JFPM devia ter comunicado tais medições, antes de as levar à aprovação da reunião do executivo da junta e à reunião da Assembleia de Freguesia aquilo que queria que a CMM aprovasse na Assembleia Municipal e nada daquilo aconteceu. -----

-----A JFPM no dia dez de abril levou à Junta a aprovação do documento e no dia treze levou à Assembleia de Freguesia aprovação de um documento que o Executivo Municipal não tinha conhecimento, inclusivamente, estavam lá alíneas onde não era possível aprovar e concordar, porque já havia protocolos, anteriormente, e realizados com o mesmo espaço. Não podiam nunca aprovar um documento daqueles que estava ilegal. -----

-----Quando o Sr. Presidente da JFPM disse que a proposta foi chumbada, foi em duas tentativas: primeira, levou-se a proposta de não aceitação daquele documento a Reunião de Câmara, mas os senhores vereadores do Partido Socialista solicitaram a retirada do ponto para uma tentativa de novas conversações, chegamos a um acordo e o executivo retirou o ponto pois não podíamos aceitar tal proposta. Entretanto, houveram novas conversações, mas não houve acordo. Pelo que se realizou uma Reunião de Câmara Extraordinária somente com aquele ponto pois havia um prazo legal para cumprir. Consequentemente, o assunto teve de ir à Assembleia Municipal e ali ficou decidido que não havia acordo para aquela proposta. -----

-----O executivo não concordou com as medições realizadas pela JFPM, e deslocaram-se ao local ele próprio, o Sr. Presidente da Junta e mais dois elementos do executivo da JFPM e técnicos da Câmara. Os técnicos da Câmara ao fazerem as medições havia diferenças com as que a Junta de Freguesia tinha feito. Ressalvou que das vinte e sete alíneas acerca das linhas que estavam ligadas aos jardins, a Câmara só realizou medições a sete, ou seja, concordou com as restantes. Das catorze alíneas das árvores, retiraram duas, logo concordou-se com a esmagadora maioria das medições da JFPM, as dúvidas

depreenderam-se em cinco mil quatrocentos e noventa e dois virgula cinquenta e dois metros quadrados, que se traduzia em termos monetário, pois era pago ao metro quadrado, numa diferença de dezanove mil eram dez mil e quinhentos e dois euros por ano. Se fizessem um acordo daqueles, durante o mandato a CMM despendia de quarenta e dois mil euros a mais do que aquilo que estava nas medições. Verificou-se que havia alguma razão pela parte da CMM em não concordar com as medições realizadas e por aquela razão nunca se podia assinar aquele documento. -----

-----Foi enviado um e-mail à JFPM com as novas medições e nova proposta, mas que ainda não tinham recebido resposta. Pelo que se estava a passar, o executivo depreendia que voltaria a não haver acordo. Assim sendo, a CMM ia realizar as limpezas na Freguesia da Praia de Mira. Concluiu dizendo que estava explicado todo aquele processo. As pistas ciclo pedonais foram retiradas a todas as juntas de freguesia e não só à da Praia de Mira. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal**, teve de intervir e advertir novamente, pois não admitia conversas paralelas e fora do lugar (tribuna/púlpito). -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) concluindo que a diferença em termos monetários era de dez mil euros anuais, para um Município que tinha de aprovar contas com duzentos e cinquenta e oito mil euros negativos aquela seria a diferença, ficava a reflexão. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, disse que tinha ouvido tudo atentamente e assumia aquelas negociações pois tinha-as acompanhado. Quis dizer diretamente a todos que o viam e ouviam que não havia acordo quanto a sarjetas, espaços públicos não havia acordo porque o Presidente da JFPM não quis. Disse que o Vereador havia explicado tudo muito bem e que o Presidente da JFPM disse que ou fazia tudo ou não fazia nada. Voltou a tecer mais considerações que já haviam sido faladas anteriormente. Desafiou o Presidente da JFPM aceitar o acordo e marcava de imediato uma

Reunião de Câmara e Assembleia Extraordinária. Voltou a frisar que não havia acordo por causa do Presidente da JFPM. Mais disse, que em todos os anos que ali esteve tanto como Presidente ou líder de oposição, nunca tinha assistido a um ambiente como aquele que estava agora. Todos tinham de se dar uns com os outros, que viviam na mesma Terra (Concelho), a culpa não era de um, mas de todos e por isso não havia necessidade de estarem a viver naquele clima de guerrilha. Se a meio do mandato já estavam assim, até ao final do mesmo era muito mau, todos deviam refletir sobre aquilo. -----

----- VOTAÇÃO -----

-----Ponto 5, foi Tomado Conhecimento -----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal**, concordava com o que o Sr. Presidente da Câmara e que em suma, tinha de haver respeito, tolerância por parte de todos. Tem de se aprender a ouvir todos os lados. Aquele ambiente não levava a lado nenhum. Eram todos mirenses e dever-se-ia discutir problemas do Concelho. Quando pedia para haver contenção, não era combate político. -----

-----PONTO SEIS: Representantes da Assembleia Municipal na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra -----

-----Explicou o Sr. Presidente que havia acordo prévio em nomear a Sra. Carolina Reigota (PS) e a Sra. Lurdes Mesquita (PSD), questionou se podia votar-se sim ou não para ambas aos líderes de bancada, ao qual lhe foi respondido que sim. -----

----- VOTAÇÃO -----

-----Após contagem de votos para a Sra. Carolina Reigota (PS) e a Sra. Lurdes Mesquita (PSD) ambas foram nomeadas por unanimidade. -----

----- ENCERRAMENTO -----

---- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final

da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Nélson Teixeira Maltez)

O 1º Secretário

(Luís Lavrador)